

MAR DO NORTE

MAPPA GEOGRAFICO DA
CAPITANIA DO PIAUI
delimitada
Pello Apud' Engenheiro Henrique Antonio Gal
lvan - em 1760

PIAUI COLONIAL

POPULAÇÃO, ECONOMIA E SOCIEDADE

LUIZ R. B. MOTT



PROJETO
PETRÔNIO
PORTELLA

ÍNDICE

— APRESENTAÇÃO.....	7
— INTRODUÇÃO.....	9
— MAPA DA CAPITANIA DO PIAUÍ (1760).....	11
— DESCRIÇÃO DA CAPITANIA DE SÃO JOSÉ DO PIAUÍ.....	13
I - Introdução.....	15
II - Documento.....	22
Cidade de Oeiras.....	24
Vila do Parnaguá.....	25
Vila de Jerumenha.....	26
Vila de Valença.....	28
Vila de Marvão.....	29
Vila de Campo Maior.....	29
Vila de Parnaíba.....	30
— FAZENDAS DE GADO DO PIAUÍ (1697-1762).....	43
Superfície das Fazendas do Piauí - Século XVIII (em léguas).....	52
Distância em léguas de uma fazenda a outra (1697).....	53
Número de fazendas de gado do Piauí (1697-1772).....	57
Fazendas e sítios do Piauí (1772).....	58
Preços máximos dos bovinos (1764).....	67
— ESTRUTURA DEMOGRÁFICA DAS FAZENDAS DE GADO DO PIAUÍ-COLONIAL: UM CASO DE POVOAMENTO RURAL CENTRÍFUGO.....	69
Número de fogos das vilas do Piauí: 1762-1772.....	73
Composição da população do Piauí: 1697.....	75
Número de moradores por fogos/fazendas: 1697.....	76
População do Piauí: 1697-1799.....	77
Composição da população do Piauí quanto à cor: 1772.....	78
— O PATRÃO NÃO ESTÁ: ANÁLISE DO ABSENTEÍSMO NAS FAZENDAS DE GADO DO PIAUÍ COLONIAL.....	93
— UMA ESCRAVA NO PIAUÍ ESCREVE UMA CARTA.....	103
— ETNO - HISTÓRIA DOS ÍNDIOS DO PIAUÍ COLONIAL.....	109
— OS ÍNDIOS E A PECUÁRIA NAS FAZENDAS DE GADO DO PIAUÍ COLONIAL.....	125
Anexo.....	139
Notas.....	140

ETNO—HISTÓRIA DOS ÍNDIOS DO PIAUÍ COLONIAL

Foi a equipe pluridisciplinar que compõe a Missão Franco-Brasileira pesquisando as praias e povoados pré-históricos de São Raimundo Nonato, no sul do Estado do Piauí, sobre a qual a parte do levantamento de material etno-histórico referente aos índios desta região do Nordeste brasileiro. Embora pertencendo a esta Missão se deve ao fato de ter realizado pesquisas sobre a história social, a economia e a demografia do Piauí Colonial, tendo inclusive sido a primeira publicada três estudos sobre esta temática, a saber: "Fazendas de gado do Piauí, 1657-1702" (1970); "Demografia da Capitania de São José do Piauí, 1722" (1971); e "Estrutura demográfica dos fazendeiros de gado do Piauí Colonial: Um caso de povoamento rural centrado" (1972). Grande parte do material segue sendo hoje colado no Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa), para que seja dada uma nova ocasião de pesquisa no Arquivo Ultramarino do Piauí. Cria-se, portanto, de diversos documentos inéditos, a serem reunidos, que abordam a problemática do contato entre brancos e índios no século XVIII, permitindo também a participação da referida equipe pluridisciplinar, mediante um trabalho conjunto de pesquisa e análise documental, tendo em vista os arquivos históricos do próprio Piauí, tendo por fim, assim, uma conclusão da pesquisa, principalmente as pesquisas indígenas. Desde os primeiros trabalhos realizados na Universidade Estadual de Campinas, foram autorizados permanentemente a trabalhar em Teresina, tendo durante este período trabalhado

ETNO—HISTÓRIA DOS ÍNDIOS DO PIAUÍ COLONIAL

Antônio Brás) e levantado o acervo documental do Arquivo da Cúria Diocesana do Piauí e do Instituto Histórico e Geográfico do mesmo Estado. Mantive também palestras com os historiadores locais, promovendo uma conferência na Universidade Federal do Piauí sobre a história econômica do Piauí Colonial. Durante duas semanas consultamos praticamente toda a documentação manuscrita referente ao período colonial, todos os mapas de documentos não classificados e os livros de Registro Geral da Capitania. Copiamos e tomamos notas de uma centena de documentos que se encontram em quase sua totalidade digitalizados em fichas de 15x22 cm.

Quanto à documentação etno-histórica referente aos índios, trata-se, em sua maior parte, de ofícios e cartas, quer das autoridades ou povoadas locais, denunciando os escravos ou a Coroa, ou perigos, ameaças ou rebeliões de diferentes grupos indígenas perpetradas contra o ou contra os moradores das fazendas de gado; quer ofícios da divisa de praias antigas governamentais ou locais, organizando campanhas de pacificação de diferentes grupos tribais, levando à redução de sua região à coroa lusitana, nos aspectos de extermínio de populações sobre alguns índios, em particular. São documentos que legitimam a expansão e a supremacia dos domínios lusos. O que vale dizer, os índios são tratados e referidos como problema ou entrave à expansão e ocupação dos territórios em espaços desajustados à expansão da pecuária. Portanto não

ETNO-HISTÓRIA DOS ÍNDIOS DO PIAUÍ COLONIAL

ETNO—HISTÓRIA DOS ÍNDIOS DO PIAUÍ COLONIAL

I

Na equipe pluridisciplinar que compôs a Missão Franco-Brasileira pesquisando as pinturas e gravuras pré-históricas de São Raimundo Nonato, no sudeste do Estado do Piauí, coube a mim a parte do levantamento de material etno-histórico referente aos índios desta região do Nordeste brasileiro. Minha participação nesta Missão se deveu ao fato de ter realizado pesquisas sobre a história social, a economia e a demografia do Piauí Colonial, tendo inclusive até o presente publicado três estudos sobre esta temática, a saber, “Fazendas de gado do Piauí, 1697-1762” (1976); “Descrição da Capitania de São José do Piauí, 1772” (1977) e “Estrutura demográfica das fazendas de gado do Piauí-Colonial - Um caso de povoamento rural centrífugo” (1978). Grande parte do material destes ensaios fora coletado no Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa), posto que ainda não tivera ocasião de pesquisar os Arquivos estaduais do Piauí. Como dispunha de diversos documentos inéditos, microfilmados, que abordavam a problemática do contacto entre brancos e índios no sertão piauiense, quando convidado a participar da referida equipe pluridisciplinar, acreditei ser a ocasião oportuna de completar minha documentação vasculhando os arquivos históricos do próprio Piauí, tendo porém agora, como fio condutor da pesquisa, precipuamente as populações indígenas. Devido aos encargos docentes na Universidade Estadual de Campinas, foi-me autorizado permanecer apenas 15 dias em Teresina, tendo durante este período trabalhado exaustivamente no Arquivo Público do Estado do Piauí (Casa Anísio Brito) e levantado o acervo documental do Arquivo da Cúria Diocesana do Piauí e do Instituto Histórico e Geográfico do mesmo Estado. Mantive igualmente palestras com os historiadores locais, proferindo uma conferência na Universidade Federal do Piauí sobre a história econômica do Piauí Colonial. Durante duas semanas consultamos praticamente toda a documentação manuscrita referente ao período colonial: todos os maços de documentos não classificados e os Livros de Registro geral da Capitania. Copiamos e/ou resumimos mais de três centenas de documentos que se encontram em quase sua totalidade datilografados em fichas de 15x22 cms.

Quanto à documentação encontrada referente aos índios, trata-se, em sua maior parte, de ofícios e cartas, quer das autoridades ou potentados locais, denunciando ao Governador ou à Corte, os perigos, ameaças ou ações violentas de diferentes grupos indígenas perpetradas contra si ou contra os moradores das fazendas de gado, quer ofícios ou alvarás da própria autoridades governamental ou policial, organizando campanhas de pacificação de diferentes grupos tribais, legislando a respeito de sua redução à coroa lusitana, seu aldeamento, ou tratando de questões variadas sobre algum índio em particular. São documentos que legislam a respeito de um grupo de “súditos” geralmente tidos como insubmissos e ameaçadores à supremacia dos dominadores brancos. O que vale dizer, os índios são tratados e referidos como problema ou entrave a conquista e ocupação dos territórios ou espaços desejados à expansão da pecuária. Portanto não

interessa, a quem escreveu tais ofícios e cartas, nem retratar, registrar ou descrever a vida, os costumes e cultura de tal grupo indesejado. Queriam era submeter os grupos mais dóceis, destruir os mais renitentes. Assim sendo, e pour cause, tal documentação é extremamente pobre de informações qualitativas sobre os grupos indígenas contactados: quando muito, descrevem sumariamente campanhas militares de redução ou extermínio. Isto sem falar que a documentação mais recuada relativamente aos índios do Piauí é datada dos inícios da segunda metade do século XVIII, o que vale dizer, datada de um século após a conquista destes territórios pelo que é considerado seu descobridor, o mafrense Domingos Afonso Sertão.

Assim sendo, o material existente nos arquivos refere-se muito mais aos problemas do contacto e aldeamento de dois grupos tribais mais populosos, os Gueguês e os Acroás, omitindo informações consistentes sobre a distribuição espacial e os traços sócio-culturais das populações ameríndias que ocuparam o Piauí em seus primórdios. E no meu entender, eram exatamente estas últimas informações que uma equipe de arqueólogos pesquisando pinturas rupestres no Piauí esperaria receber do etno-historiador. Gostariam os arqueólogos de saber, por exemplo, quais e em que regiões habitavam os grupos indígenas no Piauí na época da conquista; como era sua cultura material e organização social; qual o papel, função e significado da atividade pictorial, etc, etc. Infelizmente, repito, a documentação oficial é omissa nos detalhes referentes à cultura tribal. Mesmo as Memórias, crônicas e diários de viagem, tão abundantes para certas áreas do Brasil, são muito reduzidas para o Piauí, e tratam dos aborígenes apenas perfunctoriamente. Em vista do exposto, valemo-nos sobretudo do material dos viajantes e cronistas para trazer um pouco de luz sobre os aspectos propriamente culturais e demográficos dos grupos indígenas que habitavam o Piauí em seus primórdios. Para tanto, transcreveremos o maior número de passagens onde tais autores se referem aos ameríndios, apresentando a seguir rápidas informações sobre a bibliografia disponível relativa aos séculos XVII, XVIII e XIX.

II

O trabalho mais antigo que se refere aos índios do Piauí é datado de 1697: "Descrição do sertão do Piauí, remetida ao Ilm^o e Rvm^o. Frei Francisco de Lima, Bispo de Pernambuco" (1), de autoria do Padre Miguel de Carvalho. Trata-se de uma relação dos principais acidentes geográficos desta região recém-descoberta, acompanhando a enumeração de todas as fazendas de gado situadas nas diferentes ribeiras e olhos d'água. Conclui o trabalho o arrolamento dos "nomes dos Tapuias que têm guerra com os moradores da nossa freguesia de N. Senhora da Vitória". De acordo com o Pe. Carvalho, tal era a distribuição espacial dos diferentes grupos tribais:

1. AROACHIZES: moram nas cabeceiras do Parnaíba
2. CARAPOTANGAS: moram na mesma parte
3. AROQUANGUIRAS: moram em um riacho Savauhi, que entra no rio Parnaíba.
4. PRECATIS: moram no riacho Irussuí, que entra no Parnaíba.

5. ACURUÁS: moram nas cabeceiras da Goruguca.
6. RODELEIROS: moram na mesma parte e pelejam com rodelas.
7. BEIÇUDOS: moram na mesma parte e têm beijos tão grandes que no de baixo metem um botoque tamanho como uma grande laranja.
8. BOCOREIMAS: moram num riacho que se mete no Goruguca.
9. CUPEQUACAS: moram em um riacho que entra no Parnaíba.
10. CUPICHERES: moram na mesma parte e têm o cabelo mt^o. comprido.
11. GUTAMES: moram no rio Mearim.
12. GOIÁS: moram na mesma parte.
13. ANICUÁS: moram nas cabeceiras do Rio Preto, comem brancos.
14. ARANHÊS: moram no rio Parnaíba.
15. CORERÁS: moram num riacho que se mete no Parnaíba.
16. AIITETUS: moram abaixo dos Corerás.
17. ABETIRAS: moram mais abaixo.
18. BEIRTÊS: moram na mesma parte.
19. GOARAS: moram no rio Parnaíba.
20. MACAMASUS: moram no Moni e Iguará.
21. NONGAZES: moram num riacho que entra no rio Parnaíba e comem brancos.
22. TRAMAMBÉS: moram junto da barra do Parnaíba, têm pazes com os brancos.
23. ANASSUS e ALONGAS: moram com os caboclos na Serra da Guapaba, para a qual se retiraram com medo dos brancos.
24. ARUAS: moram no riacho de S. Vitor, têm paz com os brancos.
25. UBATÊS: moram na serra do Araripe.
26. MEATÁS: moram na mesma parte.
27. CORSIAS: moram no rio Goruguea
28. LANCEIROS: moram na mesma parte.
29. ARAIÊS: moram nas cabeceiras do rio Piauí.
30. ACUMÊS: moram na mesma parte.
31. GOARATIZES: moram na cabeceira do rio Canindé.
32. JAICÓS: moram na mesma parte.
33. JENDOIS: moram junto a serra do Araripe.
34. ICÓS: moram na mesma parte, têm barbas grandes.
35. URIUS: moram na serra do Araripe
36. CUPINHARÓS: moram no rio Canindé, e são os que têm feito maiores danos nesta povoação e os Precatizes, que se enterram debaixo da terra para fazerem esperas aos brancos, e com a barriga amarrada, com cordas, correm mais do que cavalos, e não tocam a terra senão com as pontas dos pés". (2).

E conclui sua "Descrição" com tais palavras: "Outras muitas nações há no circuito desta freguesia, de que se não sabe nome. As acima ditas são as que nos deram ou de presente dão guerra mais viva".

Embora fidedignas as informações arroladas pelo Pe. Carvalho, posto que tinha perfeita ciência dos distritos (do Piauí), pois diz que "há 4 anos que ando sempre de viagens em contínuas lides, visitando estes moradores, sem ficar rio, riacho, fazenda ou parte nomeada nesta Descrição que não tenha visto e andado" (3), malgrado seu pleno conhecimento da

área, suas informações relativamente à localização das aldeias indígenas por vezes é extremamente incompleta. É de todo impossível saber-se com certeza, por exemplo, em quais dos riachos “que entram no Paraíba” que moravam os Cupequacas, ou em que altura do mesmo rio viviam os Goarás ou os Nongazes. O rio Mearim, igualmente, é suficientemente extenso para tornar impossível saber com precisão onde viviam os Gutamés, desde que o Pe. Carvalho informa simplesmente: “Os Gutamés moram no rio Mearim”. E assim por diante.

Outra observação quanto aos informes deste missionário, é quanto a utilização que faz de uma maneira bem peculiar de nomear os acidentes geográficos e mesmo as tribos indígenas. A serra da Ibiapaba, p. ex., em seu texto aparece como “Serra da Guapaba”; o rio Gurguéia é chamado de “Goruguea”; os índios Tremembés são cognominados “Tramambés” os Longazes, de “Nongazes”. Outra questão é quanto à inclusão de tribos localizadas em território há muito pertencente a outros Estados, e que o Padre Carvalho arrola como sendo pertencentes à Freguesia de Nossa Senhora da Vitória (depois, Capitania do Piauí) - é o caso da Serra da Ibiapaba, administrada de data imemoriável, pela Capitania do Ceará, e do rio Mearim, situado em território pertencente à Capitania do Maranhão. Mesmo o rio Parnaíba, como faz divisa entre o Piauí e o Maranhão, fica difícil saber se os tais índios que moram em riachos afluentes do dito rio, se estavam situados na sua margem direita (Piauí) ou à sua esquerda (Maranhão).

Malgrado tais ressalvas, é evidente a importância da “Descrição” do Pe. Carvalho, pela grande quantidade de tribos que enumera, isto sem falar em suas informações demográficas sobre os moradores das fazendas de gado - informações que a meu ver fazem do referido missionário o primeiro censor e demógrafo desta região. (4) É exatamente a partir desta “Descrição” que ficamos informados que apenas 23 anos após a conquista do Piauí por Domingos Afonso Sertão e Francisco Dias D’Avila, nas 129 fazendas de gado que se espalhavam por estes sertões, havia um total de 438 moradores, sendo que sua composição quanto à cor se apresentava da seguinte forma:

Composição da população do Piauí segundo a cor (1697)

BRANCOS	155	35,3%
ÍNDIOS	59	13,5%
PRETOS	210	48,0%
MULATOS	4	0,9%
MESTIÇOS	10	2,3%
Total	438	100,0%

Quer dizer: 23 anos após a chegada e instalação dos primeiros fazendeiros brancos, 13,5% dos moradores das fazendas eram índios. Estavam presentes em 24,0% das propriedades rurais, sendo 59 indivíduos, 36 do sexo masculino e 23 do feminino. Três são chamados de “colomins”, isto é, crianças. Apesar da existência de uma Alvará datado de 1680, que proibia a redução dos ameríndios à escravidão, tudo faz crer que os únicos livres nesta sociedade de vaqueiros-pioneiros deviam ser os brancos. (5)

Utilizados como mão-de-obra nas fazendas de gado, os índios resistiram com muita coragem e garra à invasão de seus territórios por parte dos conquistadores brancos: é ainda o mesmo Padre Carvalho que registra como a expansão da pecuária foi fortemente obstaculizada pela população autoctone: “Estes sertões estão povoados de muitos Tapuias bravos, valentes e guerreiros, entre os quais se acham alguns que se governam com alguma rústica política, tendo entre si Rei e chamando seus distritos Reinos, como são os Rodeleiros, que se contam com sete reinos, e são tão guerreiros que até agora não foram batidos, nem de entre eles se tem apanhado língua, sendo muitas vezes acometidos por grandes tropas de (bandeirantes) paulistas. Pelejam com rodela muito grandes, feitas de um pau chamado craíba, as quais na batalha levam uns e outros. Ao reparo delas pelejam com arco e flecha, lanças e cachaporas... (No caminho que leva ao Maranhão) vivem os tapuias bravos chamados Aroatizes e Goanarem, com os quais os brancos ajustaram pazes, que sendo firmes, serão em grande utilidade do comércio, por ficar o caminho sem impedimento... A terra dos Alongazes está por de traz dos riachos de Santo Antônio e Berlingas, correndo para a serra da Ibiapaba, para a qual fugiram os tapuias chamados também Alongaz, que nela moravam e de presente a têm os brancos povoadas com algumas fazendas de gados, situadas à beira de riachos que têm suas vertentes para o Norte... Muitos mais sítios se têm descoberto nesta terra dos Alongazes para se lhe meterem gados, o que brevemente se fará, porque andam os moradores a competência qual tomará primeiro posse deles, e de presente levaram alguns gados os padres da Companhia (de Jesus) que vivem na serra da Ibiapaba, dizem que com tenção de povoarem estas terras na volta... A região do rio Parnaíba é quase toda capaz de criar gado e não está povoada por causa do muito gentio bravo que na beira dele habita. Alguns moradores meteram lá gados e se retiraram com medo e os que moram nas fazendas (desta região) andam sempre em contínua guerra e muitos perderam as vidas nas mãos daqueles bárbaros, por cuja causa se não tem aumentado muito esta povoação pelas beiras daqueles famosos rios Parnaíba e Goroguca, os quais são abundantes de pastos e de muitas frutas... Esta abundância faz com que naquela terra habitem muitos tapuias, os mais bravos e guerreiros que se acharam no Brasil...” (6)

Para o século XVIII dispomos sobretudo de três importantes trabalhos que fornecem subsídios para o estudo dos índios que habitaram os sertões piauienses. O primeiro é uma carta geográfica datada de 1761, de autoria do Capitão Engenheiro Henrique Antônio Galucio (7). De acordo com tal Carta, copiada posteriormente em 1809, com alguns acréscimos e correções, por José Pedro César de Menezes, “de baixo das vistas e por ordem do Governador atual, o Ilm^o. Sr. Carlos Cezar Burlamaqui” (8), podemos notar que os grupos indígenas se distribuíam basicamente nas seguintes regiões:

— nas proximidades da foz do rio Urussuí-Mirim junto ao Parnaíba: Gentios GUEGUEZES e GILBOÉS.

— nas nascentes do rio Gurguéia, e do rio do Peixe, próximo à oitocentista vila de Valença: Gentios ACOROAZES.

— entre o rio Gurguéia e rio Piauí: Gentios PIMENTEIRAS.

— entre o rio do Gentio e o rio Guaribas: Gentios GEICÓS.

De acordo com a segunda versão corrigida do Mapa de Galucio, quando se levantou a carta original, "a capitania estava quase despovoada e só ocupada por imensas nações selvagens". E completa comentando o conteúdo da carta de 1809: "Todo intervalo que diz PIMENTEIRAS está povoado não só por fazendas que já tem gados e lavouras, mas por outras que neste ano se vão povoar, pela extinção do dito gentio ao qual se faz a guerra, desde o ano de 1807. Todo o intervalo que diz GILBOÉS está inteiramente povoado porque aquele gentio já não existe... Todo o intervalo que diz ACOROAZES está parte povoado e parte ainda ocupado pelo dito gentio, mas agora se acaba de reduzir a paz e será imediatamente povoado, pela bondade e fertilidade do seu terreno". (9)

O segundo trabalho oitocentista que informa sobre os índios do Piauí é o "Resumo de todas as pessoas livres e cativas, fogos e fazendas da Cidade, vilas e sertões da Capitania de São José do Piauí" assinado pelo Governador da Capitania, João Pereira Caldas (10).

Através deste censo, de 1762, ficamos informados que o Piauí já contava com 12.744 habitantes, dos quais 8100 eram livres e 4644 cativos. Havia ao todo 536 fazendas e um total de 2050 fogos, distribuídos em uma cidade (Oeiras, a capital) e seis vilas (Valença, Marvão, Campo Maior, Parnaíba, Geromenha, Parnaguá). Além destes núcleos populacionais, o Governador registra a existência de duas missões ou reduções de índios: no lugar do Cajueiro, junto à ribeira do Itaim, no distrito de Oeiras, os índios Jaicós - com uma população de 354 indivíduos, ocupando 28 fogos; no lugar de São José de Sande, a 8 léguas ao norte de Oeiras, viviam reduzidos os índios Gueguês, com um total de 337 sobreviventes, distribuídos em 30 fogos. Infelizmente tal documento não fornece dados sobre os demais grupos de "gentios" que viviam pelos sertões da Capitania.

O terceiro documento do século XVIII sobre esta região é a "Descrição da Capitania de São José do Piauí, 1772", de autoria do Ouvidor da dita Capitania, Antônio José de Moraes Durão. Trata-se, sem sombra de dúvida, da mais completa e rica memória jamais escrita sobre esta região, documento que tivemos a alegria de descobrir em Portugal e que desde 1977 encontra-se publicado na Revista de História da USP (11). Transcreveremos as partes que tratam das populações indígenas, tanto das aldeadas em missões, quanto as que ainda viviam insubmissas.

Quando descreve a capital da Capitania, a cidade de Oeiras (que contava apenas com 157 fogos e 692 almas), diz o Ouvidor Durão:

"Há no distrito desta cidade duas povoações de índios: os Jaicós, aldeados junto à Ribeira do Itaim, e apenas chegarão hoje a 60 indivíduos, e os Gueguês, que se situaram em São João de Sande, distante da mesma cidade (Oeiras) 8 léguas para o norte e chegam, entre grandes e pequenos, a 252. Não os meti nos mapas (demográficos) porque não só não prometem aumento, mas nem ainda subsistem porque os Jaicós estão quase extintos e os Gueguês existirão pela metade do que eram quando se aldearam, haverá 12 ou 13 anos. Vieram de novo 424 Acroás que se não acham ainda aldeados e as 3 juntas fazem o número de 736 almas. São uns e outros inseparáveis do furto e bebedeira e geralmente de qualquer nação que sejam, nimamente estúpidos, preguiçosos, glutões e ligados aos seus ritos e superstições em um:

maior extremo, pegando-as como contágio aos mais moradores da Capitania. Já nela houve mais aldeias de que apenas há memória, como direi falando dos Oroazes, na vila de Valença". (12).

Ao tratar da Vila do Parnagoá, distante 90 léguas de Oeiras na direção oes-sudoeste (apenas 31 fogos e 191 moradores), diz:

"À esquerda da vila de Parnagoá, entre as cabeceiras dos rios Piauí e Corimatá, (há) um sítio chamado "As Pimenteiras", que terá, segundo notícia, 30 ou 40 léguas de extensão. No centro do mesmo é constante se acham aldeados numerosos índios a quem se dá o mesmo nome do lugar. Muitos anos se conservaram pacíficos, sem sair fora, nem causar dano algum. Porém, de tempos a esta parte, se tem averiguado já ao contrário, matando e fazendo estrago nas fazendas mais próximas. Enquanto porém se buscam os (índios) de fora, indo conquistá-los por força, com excessivos trabalhos dos moradores da Capitania, fintas violentas de cavalos, dinheiro, bois e farinhas, e grande despesa da Real Fazenda, que nenhuma utilidade recebem destas conquistas, mais que novo estrago das fazendas que lhe causa estes nocivos e inúteis habitantes, quando se metem de paz, obrigados da necessidade e que ainda vencidos, sempre vivem com violência, esperando ocasião oportuna para se levantarem, como a experiência tem freqüentes vezes mostrado. Para ser mais útil e menos custoso se domesticassem aqueles, convidando-se mais com suavidade e artifício, que com força, para se evitar irreparável ruína que podem causar, como situados quase no coração da Capitania, descauteladas e com pouca gente para um assalto repentino".

Referindo-se à Vila de Valença, distante 18 léguas da Capital, situada "no pior sítio de todo o seu distrito, sem águas, sem pastos e sem outra alguma das comodidades necessárias para qualquer povo...", informa o Ouvidor Durão:

"Neste sítio, estiveram aldeados os índios Oroazes, que deixaram o seu nome ao mesmo, porém hoje só permanece a sua memória. Fica o mesmo distante da vila de Valença 8 léguas ao mesmo rumo". Ainda nesta mesma freguesia, no lugar chamado "Catingas Gerais", no seu centro, achavam-se "arranchados os Oroazes, que deixaram sua aldeia segundo uma relação de dois índios antigos, e de um sacerdote que lá tinham chegado a entrar. Muitos confirmam isto mesmo por outros fundamentos, assentando todos que os índios se tem aumentado naquele lugar grandemente, e que a maior dificuldade deste descoberto consiste o de se não acertar com a entrada das serrarias, porém eu discordo que a frouxidão, o medo dos que lá tem ido, figurando algum poder de vermelhos insuperáveis, é o maior obstáculo de sua entrada. Contudo, parece útil a indagação do que há naqueles serros, ou para aumento da Capitania, sendo certo o que se conta, ou para sossego dos vadios e curiosos, verificando serem palácios encantados, como suspeito". (13).

Quando descreve a vila de Campo Maior, situada nos confins do rio Parnaíba, distante 50 léguas de Oeiras, diz o Ouvidor:

"A freguesia da Vila e de todo o Distrito é da invocação de Sto Antônio do Sorobi, por diferença do da Gorguea, porém ainda hoje a todo aquele território se chama 'O Langá'. Deriva-se aquele nome de uma nação de 'vermelho' (índios) assim chamados, que habitavam naquela ribeira e

suas vizinhanças, enquanto não foram expulsos pelos reinóis, que entraram a descobrir e povoar aquela paragem. Assim também o de Carateus, no distrito de Marvão, que tomou o mesmo nome de outra nação assim chamada, por possuírem a dita ribeira e que se estendiam pela do Potí até a do Parnaíba, ocupando uma grande porção de terras. Paracatiz se nomeavam a ribeira do Piauí no distrito desta cidade, porém de todas estas nações, e outras muitas que pelas mais ribeiras habitavam, não existe hoje mais que o nome". (14)

Conclui sua "Descrição" com as seguintes informações:

"Os primeiros descobridores deste sertão foram Francisco Dias de Ávila, Antônio Guedes de Brito, Bernardo Vieira Tavares, Domingos Afonso Sertão, e outros, aos quais concedeu S. Magestade todas as terras que possuissem. E suposto expulsassem os índios das ribeiras do Piauí e Canindé, foram as primeiras que se descobriram, tornaram os mesmos (índios) a recuperá-las com bastantes estragos para ocuparem. Outros reinóis mais ajudaram os primeiros e pouco a pouco entrando, indo pelas mesmas e outras ribeiras, lançando fora de todas os ditos índios estabeleceram-se ocupando cada, e povoando o que pode..." (15)

O século XIX, embora ofereça-nos maior número de memórias e diárias de viagem relativos ao Piauí, nem todos referem-se às populações ameríndias. A "Memória relativa às Capitanias do Piauí e Maranhão" de autoria de Francisco Xavier Machado, datada de 1810, não faz referência alguma aos índios (16). O "Roteiro do Maranhão a Goiás pela Capitania do Piauí", de 1814, registra apenas:

"Nós temos povoado a maior parte do triângulo que forma a Capitania do Piauí, e só nos resta pelo ângulo direito de sua base a parte de Oeste do rio Gurguéia até o rio Urussuí, e do Urussuí até o Parnaíba, sertões confinantes ao sul com a nação Airuá e que ultimamente foram habitados pela nação Goguê. Pelo ângulo esquerdo da mesma base o pequeno sertão, que corre buscando o rio de São Francisco, onde ainda existem alguns restos das mesmas nações silvestres, e sem verdadeiramente conhecermos quais elas sejam, as distinguimos pelos índios das Pimenteiras". (17)

Para o ano de 1817 dispomos das informações de Aires de Casal, compilados em sua famosa Corografia Brasília. Eis o que o ilustrado sacerdote conseguiu de elementos sobre os índios do Piauí:

"O terreno desta província era possuído por várias nações geralmente pouco numerosas, cuja redução ou repulsa, não custou tanto tempo nem tanta fadiga e dispêndios de cabedal e gente, como as d'outras de menor extensão; concorrendo muito para isto a falta de grandes bosques e serranias, que servem de refúgio aos selvagens, e de obstáculo aos conquistadores em outras. Os que mais deram de fazer foram os da vizinhança do rio Potí, comandados por índio doméstico, que fugira de uma aldeia de Pernambuco, e os aticava a uma teimosa resistência enquanto não pereceu violentamente, a tempo que nadava para a outra banda do Parnaíba. Mandu Ladino era seu nome vulgar. Sendo passado mais de 50 anos, sem que houvesse notícia de existirem índios bravios dentro dos limites da Província, pelos anos de 1760 e tantos apareceu na parte meridional uma horda, que desde aquele tempo tem dado o que cuidar aos colonos, e os há obrigado a abandonar grande número de fazendas de criar gado vacuum.

Os brancos dão-lhe o nome de Pimenteiras, porque no seu distrito há um sítio assim denominado. Tem seus alojamentos entre as cabeceiras dos rios Piauí e Gorguéia, na raia da província, ficando rodeados pelos estabelecimentos dos conquistadores. Dentro de seu terreno há uma lagoa grande e piscosa, junto da qual habitam considerável tempo do ano. Conjectura-se serem (ao menos em parte) descendentes de vários casais que viviam domesticados com os brancos nas vizinhanças de Quebrobó, e que desertaram pelos anos de 1685, a fim de não acompanharem as bandeiras quando faziam guerra aos indígenas. As suas hostilidades começaram em despique d'um cão que se lhes matou na vizinhança da Gurguéia, até onde se estenderam em uma ocasião à caça. Num assalto frustrado, que há poucos anos se lhes deu, acharam-se 80 arcos; donde se inferiu que ao menos tinham outros tantos homens capazes de usar desta arma”.

No final do capítulo sobre a Província do Piauí, Aires de Casal dá uma rápida descrição da aldeia de São Gonçalo do Amarante:

“São Gonçalo de Amarante, aldeia e paróquia de índios, situada num terreno escolhido e fecundo, onde outro povo laborioso, fazendo florescer a agricultura, podia viver em abundância e ser rico. Fica a 5 léguas arredada da embocadura do Canindé, e obra de 20 ao norte da Capital. Foi fundada pelos anos de 1766, para habitação de 900 Gueguês, que ocupavam o terreno onde o Parnaíba tem as suas cabeceiras, e 1600 Acroás que viviam mais para o meio dia. Passado algum tempo, todos desertaram; porém, indo-se-lhes ao alcance, foram de novo conquistados, e restabelecidos no mesmo lugar onde não ido sempre em decadência.” (19)

Ainda no primeiro quartel do século XIX, dois naturalistas alemães percorreram o sertão piauiense, von Spix e von Martius, deixando minuciosas informações sobretudo a respeito da aldeia ou missão de S. Gonçalo, que descreveram como sendo um pequeno arraial “com um quadrado de palhoças baixas em volta de uma capela em ruína, sede de uma colônia de índios. 50 anos antes, sob o governo de João Pereira Caldas, avô do capitão-mor de Oeiras, João do Rego Castelo Branco havia batido diversas tribos, que para os colonos ali isolados se tornavam então perigosas, com as suas constantes correrias. Os vencidos, 500 em número, foram, segundo o costume, reunidos em aldeias, longe de seus pousos nativos. Os Jeicós foram aldeados na freguesia de Nossa Senhora das Mercês, a oeste de Oeiras, os Timbiras, Acroás e Goguês foram reunidos em São Gonçalo do Amarante. Estes três últimos gentios são designados pelos sertanejos com o nome comum de Gamelas. Encontramos apenas um resto desta colônia, antigamente importante; segundo a nota do vigário, constava de umas 120 pessoas e mesmo estas, nem todas de origem sem mistura. Certas doenças, especialmente as bexigas, haviam dado cabo de muitos, outros já desde muito tinham regressado a seus velhos retiros. O aspecto tristonho dos índios, que vagavam aqui em abstrata inércia, a sujidade e desordem das pobres choças, assim como a falta de uma direção conveniente confiada agora a um soldado dado ao vício da embriaguês, reforçaram a nossa convicção de que se deve considerar rara exceção uma feliz tentativa de colonizar indígenas. Essa convicção é tanto mais sensível ao filantropo, pois essas empresas de colonização quase sempre custam imenso sacrifício de vidas humanas. Quando se resolve estabelecer numa colônia uma tribo de

índios, quer para torná-los inofensivos, quer para torná-los úteis ao Estado, isso quase nunca se faz sem prévia guerra, cuja consequência é a submissão da tribo. Para esse fim são formadas bandeiras de tropas de linhas e de voluntários. O estado fornece-lhes armas e munições e os roceiros armazéns provisões que para as grandes expedições precisam de ser remetidas durante meses. As vezes, tocam-se boiadas em seguimento à bandeira. As tropas raramente fazem a entrada no intuito de dar combate franco; antes procuram assaltar de surpresa os índios, nos solitários e espalhados núcleos de malocas. Se a expedição é bem sucedida, obrigam-se os vencidos a reconhecer a soberania de Portugal e a se estabelecerem sob a proteção do rei, entre os brasileiros. Assim, a tribo ou os membros dela que se renderem diante da superioridade do adversário, abandonam o seu pouso e são reunidos numa aldeia, em geral distante de outras povoações brasileiras, e ali ficam sob a inspeção de um diretor nomeado pelo governo, por vezes com a cooperação do (chefe) principal, escolhido no seu meio. Trabalham na lavoura e são instruídos na fé cristã por um eclesiástico. Que frutos produzirá tão violenta operação, não é difícil prever. Exige-se do índio imediata renúncia a todos os seus hábitos, tendências e costumes nativos, e ainda mais, submissão às leis e a uma religião que ele desconhece. A consequência fatal é que os mais resolutos combinam entre si escapar, logo que lhes for possível, ao intolerável constrangimento e os restantes permanecem como estranhos, sem se assimilar no meio dos brasileiros, e se vão finando no mais lúgrube abastardamento físico e moral. Só por meio de grande força moral se poderia esperar qualquer mudança favorável nesses desfavorecidos filhos das selvas. Mas de tal energia nem sempre dispõe o inspetor, nem o ministro do culto. Desta sorte, ficam esses recém chegados entregues a si mesmos, sentindo a perda do seu primitivo modo de vida, sem ter quem os instigue a coisa melhor, e perdem finalmente, na ociosidade e na bebedeira, a pouca força de alma que possuíam enquanto viviam independentes nas matas. É extraordinário como essa falta de desenvolvimento espiritual reage na organização física, como os índios tão rapidamente contraem as doenças dos europeus, como decresce a fecundidade das mulheres, e como deperece e fraqueia a compleição robusta e resistente dos incolos..." (20)

Não resta dúvida que para o século XIX, o principal escrito tendo o Piauí como tema é a *Memória Cronológica, Histórica e Corográfica da Província do Piauí*, de autoria de José Martins Pereira d'Alencastre, datada de 1855 (12). Na sua introdução cronológica os índios aparecem referidos nas seguintes datas:

— 1713: Levantamento geral dos Índios, capitaneados por Mandu-Ladino.

— 1716: Morre o caudilho Mandu-Ladino. O mestre de Campo Bernardo de Carvalho e Aguiar pacifica a comarca, submetendo as nações sublevadas.

— 1763: Grandes malocas de índios Amanajós se passam para o Piauí, vindos do Maranhão.

— 1764: João do Rego Castelo Branco dá começo à guerra de extermínio contra os índios Gueguês da margem do Guruguéia, concluindo a campanha em dezembro.

— 1765: Pedem paz os Gueguês, e são aldeados no lugar de São

Josão de Sande, sob a direção de João do Rego Castelo Branco.

— 1769: foi criada a missão dos índios Jaicós no lugar do Cajueiro.

— 1770: Guerra ao gentio Gueguês e Acoroá da margem do Parnaíba e Urussuí.

— 1771: descem os Gueguês e Acoroas em número de 6 e vem a Oeiras oferecer pazes ao Governador e pedir para serem aldeados. Criação da missão de S. Gonçalo do Amarante na margem do rio Mulato com 434 índios nas nações Gueguês e Acoroás.

— 1772: em abril deste ano João do Rego Castelo-Branco marcha contra os índios de Geromenha e em procura de minas à frente de uma expedição. Foge o índio Acoroá da missão de S. Gonçalo e procura à missão de S. José do Duro (Goiás). São reduzidos à obediência e massacrados, sendo as cabeças dos autores do levante infincadas em postes no centro da aldeia.

— 1776: Principia a guerra contra o gentio Pimenteira, e só vem a se concluir em 1784.

— 1778: Sublevam-se os índios Gueguês da missão de São Gonçalo.

— 1786: Os índios de São Josão de Sande se passam ou são transferidos para a missão de São Gonçalo, ficando aquela missão por este fato extinta.

— 1793: O Paranaguá é flagelado pelo gentio Tapacuí e Tapacuá-mirim.

— 1807: Aparecem de novo os índios Pimenteiras nas cabeceiras do Piauí: são batidos por dois anos seguidos e completamente aniquilados.

— 1811: O índio João Marcelino, principal da aldeia de S. Gonçalo, vai por terra à província de Minas Gerais queixar-se ao Conde de Palma de que os homens do Piauí lhe queriam tomar as terras, além de outras injustiças que praticavam, principalmente o sacerdote que os dirigia. O conde o mandou ao Rio de Janeiro a fim de apresentar pessoalmente ao Príncipe Regente a sua queixa. Este depois de ouvi-lo, o deferiu benignamente, enchendo-o de honras e presentes. (22)

Na Parte Primeira de sua Memória, no ítem IV, Pereira d'Alencastre trata especificamente do grupo ameríndio. Começa por criticar as opiniões de Aires de Casal quanto à baixa densidade da população indígena moradora pelos cursos d'água do Piauí, sendo da opinião que nas margens dos numerosos tributários do Parnaíba e seus afluentes paravam numerosas aldeias indígenas. De acordo com Frei Jaboatão, (Orbe Seráfico), os grupos moradores entre a serra da Ibiapaba (Ceará) e o Parnaíba (Maranhão) pertenciam a chamada família "Tapuia" que "não é propriamente nome de raça ou nação, e sim de diferença, valendo tanto como dizer 'contrário' aos então chamados índios de língua-geral, opinião que Pereira d'Alencastre discorda, supondo que os Tapuias pertenciam a uma nação específica, distinta das outras em índole, hábitos e costumes. Conclui dizendo: "Seja porém como for, porque não é para aqui a resolução dessa questão especial, os indígenas do Norte eram designados com este nome e se subdividiam em várias famílias todas numerosas e belicosas, que se denominavam ARANHI, PUTI, e CARATIUS. Os Putis habitavam a foz do rio do mesmo nome, e os Caratius as suas cabeceiras. Os ARUAZES povoavam o município de Valença, e os denominados JAICÓS,

TIMBIRAS, GUEGUÊS e ACOROÁS as posições centrais, abrangendo os termos de S. Gonçalo, Oeiras e Jaicós. Os GAMELAS, GINIPAPOS e GUARANIS que habitavam as margens do Parnaíba, emigraram para o Maranhão e solidões do Pará, depois do levantamento geral de 1713, sendo logo depois seguidos pelos Cabuçus, Muipuras, Aitatus, Aboipiras, Ubirajaras. Tapacuás e Tapacuás-Mirim, que habitavam as solidões do Parnaguá, e margem do Gurguéia e Urussuí, e terras limítrofes com o Maranhão e Goiás. Os Pimenteiras habitavam as cabeceiras do Piauí, e terras confinantes com a província de Pernambuco. As raças menos numerosas emigraram com as primeiras conquistas ou entradas, e as que por muito numerosas não o puderam fazer, ou consentiram ser aldeiadas, ou foram aniquiladas pelo ferro dos conquistadores. Os Gueguês, Acoroás (Coroados), Aruazes, Jaicós e Pimenteiras subsistiram até há bem pouco tempo, porém já completamente degenerados com o cruzamento e outras razões geralmente sabidas, que fazem perder a primitiva feição, o caráter, os hábitos e costumes". (23)

É o mesmo Pereira d'Alencastre quem dá as informações mais minuciosas sobre o chamado levante geral dos Tapuias do Norte, liderados pelo famigerado Mandu-Ladino, sendo a única fonte conhecida que transcreveu a Memória descritiva da conquista dos índios Acoroás, que entre 1771-1772 foram cruelmente massacrados em verdadeira carnificina - de 1237 prisioneiros, escaparam da espada do conquistador menos de 400 indígenas (24).

Na falta de documentos primários que elucidassem a que família cultural pertenciam os primeiros grupos indígenas do Piauí, Pereira d'Alencastre lança mão das informações prestadas por Gabriel Soares de Sousa no seu *Tratado Descritivo do Brasil* (25). Como para Pereira d'Alencastre era questão resolvida que os Aboipiras e Ubirajaras povoavam as terras do Piauí, (posto que os descobridores deles fazem menção em seus requerimentos de sesmarias) baseia-se na descrição que deles faz o citado Gabriel Soares de Sousa para conjecturar a respeito dos costumes em geral dos aborígenas do Piauí. Em síntese, eis seus principais traços culturais: são os Aboipiras descendentes dos Tupinambás, vivendo em guerras contínuas com seus vizinhos Tapuias. Têm as mesmas línguas e costumes dos Tupinambás do litoral. "Apertados na necessidade, estes gentios cortam as árvores com umas ferramentas de pedra, que para isto fazem, com o que ainda e com muito trabalho roçam o mato para fazerem suas roças... Os Amoipiras trazem o cabelo da cabeça copado, e aparado ao longo das orelhas, e as mulheres trazem os cabelos compridos como as Tupinambás. Pesca este gentio com uns espinhos tortos, que lhe servem de anzóis, com que matam muito peixe e à flecha, para o que são mui destros e para matarem muita caça. Trazem os beiços furados e pedras neles, como os Tupinambás, e pintam-se de ginipapo e enfeitam-se com ele. Usam na guerra tambores, que fazem de um só pau, que cavam por dentro com fogo, tanto até que fica delgado, os quais tocam muito bem. Na mesma guerra usam de trombeta, que fazem com uns búzios, grandes furados ou de cana de perna das alimarias, que matam, a qual lavram e engastam em um pau. Estes Amoipiras têm por vizinhos do sertão detrás de si outro gentio a que chamam Ubirajaras, com que têm guerras ordinariamente, e se matam e comem uns

aos outros com muita crueldade, sem perdoarem as vidas quando se cativam.” (26) Quanto aos Ubirajaras, sempre na linha de Gabriel Soares de Sousa, diz Pereira d’Alencastre que seu nome quer dizer “senhores dos paus”, não se entendendo em sua língua com nenhuma outra nação gentia. Também trazem cabelos compridos ambos os sexos, depilando-se as restantes parte do corpo. “A peleja dos Ubirajaras é a mais notável do mundo, porque a fazem com uns paus tostados, muito agudos, de comprimento de três palmos, pouco mais ou menos cada um, e são agudos de ambas as pontas, com as quais atiram a seus contrários, como com punhais, que são tão certos com eles, que não erram tiro, com o que têm grande chegada, e desta maneira matam também a caça, que se lhe espera a tiro não lhe escapa. Com estas armas se defendem de seus contrários tão valorosamente como seus vizinhos com arcos e flechas”. (27)

Segundo ainda Pereira d’Alencastre, os Gueguês e Acroás descendiam de um mesmo tronco pois quando aldeados indistintamente viviam como amigos, ou como se fossem parentes.” As armas de que se serviam eram o arco, a flecha, e as massas ponteagudas de arremeço, de que fala Soares. Desses paus agudos ainda faziam outro uso, além do arremeço. Quando sentiam a aproximação do inimigo, infincavam os tais espetos de âmago de pau, curiosamente apontando, e atravessando os caminhos, com as pontas inclinadas para diante, em altura de ferirem das verilhas até aos peitos, ocultos por fraca ramagem. Tanto que os inimigos avistando-os, investiam impetuosamente, eram feridos pelas tais armadilhas, e na ação de procurarem rumo diverso, eram agredidos pelos índios que disparando outras armas, em altos gritos, aplaudiam o bom efeito de sua estratégia. Desse meio de fazer guerra, de que muito usavam os Pimenteiras, fala por vezes João do Rego em seus diários. (28) As nações de que temos ultimamente falado, habitavam em cabanas cobertas de casca de madeira, ou de folha de palmeira, que também lhes servia de vestido e cama. Pintavam o corpo com tinta de ginipapo e urucu e se enfeitavam com as penas de arara, do canindé e de outros pássaros de brilhantes penas. Usavam muito de uma bebida embriagante feita da jurema, principalmente quando partiam para a guerra, que era sempre precedida de um festim ou cerimônia religiosa, em que distribuíam pelos guerreiros o licor embriagante. A distribuição era feita pelas mulheres e o licor por elas também fabricado. Assim estimulados e encorajados os guerreiros, encaravam sem medo algum os perigos. A agricultura não lhes era estranha: plantavam o milho, abóbora, mandioca, feijão e outros vegetais leguminosos. A pesca e a caça eram os seus primeiros recursos e seus maiores prazeres. (29).

NOTAS

1). Ennes. E. *As Guerras nos Palmares*. Brasileira, Vol. 127, S. Paulo, 1938, p. 370—389.

2). Idem, *ibidem*, p. 389.

3). Idem, *ibidem*, p. 387.

4). A respeito desta relação nominal de habitantes, consulte-se os seguintes trabalhos: Odilon Nunes, “Os primeiros currais - Geografia e História do Piauí Seiscentista”, *Monografias do Piauí*, Série Histórica, 1972; Luiz R. B. Mott, “Estrutura demográfica das fazendas de gado do Piauí Colonial: Um caso de povoamento rural centrífugo”, *Ciência e Cultura*, vol. 30, 1978, p. 1196-1210.

5). Mott, Luiz R.B. "Os Índios e a Pecuária: Repensando o problema da utilização da mão-de-obra indígena nas fazendas de gado do Piauí Colonial". Comunicação apresentada na XIª Reunião da Associação Brasileira de Antropologia, Recife, maio 1978, publicado na *Revista de Antropologia da USP*, Vol. XXII, 1979, p. 61-78.

6). Ennes, Op. Cit., p. 371, 372, 380, 381, 386, 387.

7). Dispomos de duas versões do referido Mapa de Galúcio. Uma que se encontra depositada na Mapoteca do Itamaraty, nº 192/193 do Catálogo de Mapas e Planos Manuscritos relativos ao Brasil Colonial: outra, a refrida como copiada e corrigida em 1809, encontra-se na Seção de Mapas da Biblioteca do Exército, existindo uma cópia no Museu Histórico da Casa Anísio Brito de Terezina.

8). O Capitão de Infantaria Carlos César Burlamáqui tomou posse do Governo da Capitania a 21 de janeiro de 1806, governando-a até 1810.

9) Estas informações encontram-se anotadas ao pé esquerdo do Mapa de Galúcio segundo sua versão corrigida de 1809.

10) Arquivo Histórico do Ministério do Itamaraty, Lata 267, maço 2, pasta 1.

11) *Revista de História*, nº. 112, 1977, p. 543-566.

12) Idem, ibidem, p. 555

13). Idem, ibidem, p. 559-560

14) Idem, ibidem, p. 562.

15) Idem, ibidem, p. 563.

16) Machado, Francisco Xavier "Memória relativa às Capitânicas do Piauí e Maranhão", *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*, tomo XVII, terceira série, nº. 13, p. 56-63.

17) Idem, ibidem, p. 78.

18) Casal, Aires, *Corografia Brasílica*, S. Paulo, USP, 1976, p. 291.

19) Idem, ibidem, p. 296.

20). Von Spix, J.B. & Von Martius, C.F.P. Viagem pelo Brasil, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1938, p. 448-449.

21). Pereira d'Alencastre, J.M. "Memória Cronológica, Histórica e Corográfica da Província do Piauí", *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo XX, 1º trimestre, 1857, p. 5-164.

22). Idem, ibidem, p. 6-10.

23). Idem, ibidem, p. 22-23-24.

24). Idem, ibidem, p. 33 e ss.

25). Sousa, Gabriel Soares, *Tratado Descritivo do Brasil*, S. Paulo, Brasiliana, vol. 117, 1971.

26). Pereira d'Alencastre, op. cit., p. 28.

27) Idem, ibidem, p. 28.

28) Infelizmente, embora referido por Pereira d'Alencastre como existente no Arquivo da Secretária do Governo do Piauí, não sabemos do paradeiro do referido "Diário" das campanhas de redução dos Gueguês e Acroás.

29) Pereira d'Alencastre, op. cit., p. 31.

A guisa de esclarecimento: A "Missão Franco-Brasileira" referida no início deste artigo tem como coordenadora a Arqueóloga Dra. Niède Guidon, do Musée de l'Homme (Paris), sendo composta de especialistas de diferentes disciplinas (etnologia, botânica, zoologia, arqueologia, geologia, etc).